



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LUCAS FREITAS DOS SANTOS

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO: uma análise da produção acadêmica a partir do que preconizam as diretrizes curriculares de psicologia

Juazeiro do Norte
2019

LUCAS FREITAS DOS SANTOS

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO: uma análise da produção acadêmica a partir do que preconizam as diretrizes curriculares de psicologia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima

Juazeiro do Norte
2019

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO: uma análise da produção acadêmica a partir do que preconizam as diretrizes curriculares de psicologia

Lucas Freitas dos Santos¹
Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima²

RESUMO

A construção dos cursos de Psicologia, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, possibilitou transformações significativas para a formação na área, sejam elas na constituição do ensino, nas práticas científicas e até mesmo nas diversas ações que partem do universo acadêmico em direção a sociedade. Essa configuração incorporou um modelo pautado em habilidades e competências, dando condição para um perfil cientista e capacitado para atuar em diferentes âmbitos. Diante disso, o presente estudo visa descrever como vem se configurando a produção acadêmica em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Discutindo sobre o desenvolvimento da pesquisa e formação na área em questão, evidenciando os campos mais abordados pelos discentes em conclusão, com base nas ênfases propostas pela resolução 5, de 15 de março de 2011, que discorre sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso e apontando seus principais aspectos. Para tal, foi realizada uma pesquisa documental com os TCCs do curso de Psicologia entre 2011 e 2018.1, por meio da leitura de seus resumos e posteriormente categorizando-os. Configurando-se como uma pesquisa descritiva de caráter quantitativo-qualitativo, analisado por meio de estatística descritiva. Foram analisados 914 resumos, dos quais apontaram para um destaque nas produções em Psicologia e Processos de Saúde, trazendo reflexões sobre o âmbito em que teve crescimento significativo. Outro destaque se fez presente em Psicologia e Processos Clínicos, reafirmando aspectos da construção histórica da profissão e ao mesmo tempo, indo de encontro com a proposta da instituição. Os menores percentuais estiveram atrelados a Psicologia e Processos de Investigação Científica e de Avaliação Diagnóstica. Já as produções em Psicologia e Processos Educativos e Psicologia e Processos de Gestão, mantiveram taxas semelhantes, onde a segunda é a ênfase proposta pela instituição em questão, indicando que ambas poderiam ser aceitas e trabalhadas pelos discentes. Houve um número significativo de trabalhos que não foram enquadradas nas categorias disponíveis, sendo necessário a criação de uma categoria Extra, que possibilitou discutir quais condições favoreceu esse surgimento. Dessa forma, compreende que as pesquisas seguem um perfil já estabelecido ao longo do desenvolvimento da Psicologia, mas deu margem para que outras propostas sobressaíssem quando levados em consideração a proposta que a instituição mantém. Evidenciando a importância de se abordar tais temáticas, favorecendo condições para repensar os parâmetros que a formação vem mantendo nesse contexto.

Palavras-chave: Produção acadêmica. Formação em Psicologia. Diretrizes Curriculares Nacionais.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. E-mail: lfreitasds1@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. E-mail: italo@leaosampaio.edu.br

ABSTRACT

The construction of the psychology courses, based on the National Curriculum Guidelines, allowed significant transformations for the shaping in the area, whether in the Constitution of teaching, in scientific practices and even in the various actions that depart from academic universe toward society. This configuration incorporated a model based on skills and competencies, providing a condition for a scientist profile and qualified to work in different spheres. In view of this, the present study aims to describe how the academic production in psychology of the University Center Dr. Leão Sampaio-UNILEÃO has been configured in the context of the course completion paper (CCP). Discussing the development of research and shaping in the area, highlighting the fields most approached by the students in conclusion, based on the emphases proposed by resolution “five”, of March 15, 2011, which discusses the National Curriculum Guidelines (NCG) of the course and pointing out its main aspects. To this end, a documentary research was used with the CCPs of the psychology course between 2011 and 2018.1, through the reading of their abstracts and subsequently categorizing them. It is configured as a descriptive quantitative-qualitative research, analyzed through descriptive statistics. It were analyzed 914 abstracts, which pointed to a highlight in the productions in psychology and health processes, bringing reflections on the scope in which it had significant growth. Another highlight was present in psychology and clinical processes, reaffirming aspects of the historical construction of the profession and at the same time, going to the proposal of the institution. The lowest percentages were linked to psychology and scientific research and diagnostic evaluation processes. Already the productions in psychology and educational processes and psychology and management processes, maintained similar rates, where the second is the emphasis proposed by the institution in question, indicating that both could be accepted and worked by the students. There were a significant number of studies that were not framed in the available categories, and it was necessary to create an Extra category, which allowed to discuss which conditions favored this emergence. In this way, it is understood that the researches follow a profile already established throughout the development of psychology, but gave scope for other proposals to stand out when taken into consideration the proposal that the institution maintains. Evidencing the importance of addressing these themes, favoring conditions to rethink the parameters that the formation has maintained in this context.

Keywords: Academic production; Graduation in Psychology; National Curricular Guidelines.

1 INTRODUÇÃO

O percurso da Psicologia enquanto ciência e profissão, foi demarcado por grandes transformações referentes as demandas advindas do contexto no qual ela se manteve inserida. De início, buscou-se de diferentes formas alcançar a condição de ciência, devido ao enquadramento ao modelo positivista vigente, que supervalorizava as ciências naturais. Ao longo desses tempos, visualiza-se mudanças que refletem o posicionamento da ciência psicológica frente as diversas questões do campo prático profissional e do campo político (SILVA; MENDES, 2017).

A constituição da formação na área também foi travada por dilemas, embates e transformações necessárias para se chegar ao modelo que se impera. Inseriu-se no espaço acadêmico de forma indireta e aos poucos foi ganhando abertura e se solidificando, apesar das limitações vivenciadas e que ainda percorrem. Esse desenvolvimento, proporcionou ao campo das pesquisas, contribuições por meio da ampliação dos métodos investigativos e da ampliação de fenômenos a serem estudados. Que por sua vez, necessitam ser contextualizados com o ambiente inserido, buscando atender as demandas regionais, no intuito de superar as meras importações de conhecimentos, que em muitos casos não coincide com o contexto pesquisado na realidade brasileira (SOUZA, 2016).

Assim, a formação profissional necessita estar alinhada aos parâmetros sociais e institucionais, constituídos por meio de diretrizes que visam estreitar esses aspectos. Nesse sentido, o período de 2018 para a Psicologia no Brasil, foi considerado como o ano da formação na área. Essa proposta surgiu mediante discussões que traziam as dificuldades e desafios, após a resolução de 2004, complementada pela de 2011 que rege a formação do Psicólogo, para pensar o perfil do futuro psicólogo. Outro potencializador para essa proposta, foi o debate sobre a possibilidade de conceber os cursos da área da saúde pelo modelo a distância, em meio ao contexto político vigente. A orientação veio tratar e refletir sobre o processo formativo do profissional, buscando alinhar e revisar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Uma das características abordadas pela DCN vigentes nas instituições de ensino superior, propõe que o discente passe pela construção do conhecimento, através do desenvolvimento de pesquisas, sendo o Trabalho de Conclusão de Curso, uma possibilidade para compor esse ciclo formativo, definido pelos colegiados de cada instituição (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Diante do que foi exposto, relacionando o percurso da Psicologia como ciência, suas possibilidades de produção e o contexto atual que a mesma se insere, a presente produção,

visou descrever como se configura a produção acadêmica realizada por estudantes de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Compreendendo sobre o desenvolvimento da pesquisa em Psicologia, categorizando quais as áreas mais investigadas pelos discentes em conclusão com base nas ênfases propostas pela resolução nº 5, de 15 de março de 2011 e identificando os principais aspectos envolvidos das produções dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Dessa forma, esse estudo configura sua relevância pessoal advinda através da experiência na monitoria de Metodologia do Trabalho Científico e retomados pelas discussões geradas nas disciplinas de práticas em pesquisas, observando as áreas e tipos de estudos que eram planejadas pelos discentes, com a possibilidade da priorização de determinadas ênfases e a presença de discrepâncias entre as possibilidades ofertadas pelo meio acadêmico.

Pretende-se a nível científico oferecer uma visão sistemática dos conhecimentos produzidos pelo curso de Psicologia ao longo de sua trajetória. Assim, possibilita observar como a produção em Psicologia vem se estruturando, e quais possíveis implicações que se pode trazer para o desenvolvimento da ciência Psicológica e de sua formação. Onde serão apresentadas áreas com maior e menor interesse de estudos dos discentes, favorecendo ampliar e explorar novas possibilidades.

A pesquisa científica tem o propósito de contribuir para o contexto social, proporcionando uma análise crítica sobre a temática abordada. Esta pesquisa apresentará uma análise crítica da produção científica orientada para a conclusão do curso, levando a pensar interesses e direções adotadas durante a formação, bem como o possível alinhamento com as proposições das DCN's para o curso de psicologia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONHECIMENTO CIENTÍFICO, PSICOLOGIA E UNIVERSIDADE

O conhecimento nos moldes existentes expressa-se por diversas vias de saber, a exemplo da filosofia, religião, senso comum e o saber científico. Este último é o que configura a ciência, que utiliza do método científico na tentativa de conhecer os fenômenos em profundidade, pautados em estratégias sistematicamente organizadas para alcançar os objetivos propostos. Surge como um caminho a ser percorrido em busca de responder as questões que foram levantadas (SEVERINO, 2017).

A ciência por sua vez, seria influenciada pelo seu contexto histórico que marca o surgimento de determinada área, assim como por outras esferas que abrangem o seu desenvolvimento. Outra força presente são os contextos sociais e culturais que mantêm recortes específicos, elucidando que aspectos sobressaíam em detrimento de outras, na busca de soluções para questões locais. Assim como existe outro contexto que se deve fazer presente nos anteriores, que se trata da moral, correspondendo a demandas éticas envolvidas no desenvolvimento da ciência, tanto com os participantes, quanto para as análises e a integralidade dos resultados (BORGES, 2013).

O entendimento que se tem sobre esse saber, percorreu dilemas, demarcados através de um longo processo de questionamentos, buscando sua conceituação e colocando em cena a gama de possibilidades de práticas, na tentativa de ultrapassar a perspectiva única, direcionado as ciências ditas naturais. O pensamento sobre o modo particular de fazer ciência, ficou conhecido como positivismo, iniciado por Augusto Comte, onde avaliou que as de caráter natural estariam no topo da hierarquia científica, considerando a única forma de se alcançar as verdades por meio de estratégias do método empregado. Nesse aspecto, o conhecimento passaria por um desenvolvimento linear, saindo do modo mais primitivo para algo mais sofisticado (SANTOS, 2015).

Trazendo um recorte da constituição do campo científico na Psicologia, observa-se que de início a área possuía um caráter focado nas pesquisas experimentais, por meio das quais enfatizam as sensações e percepções no intuito de conhecer a cognição humana. Nesse contexto, as práticas de delineamento empírico buscavam em sua maioria a adequação aos parâmetros positivistas, por meio de métodos e técnicas, na tentativa de enquadrar-se na definição de ciência e passar a ter as considerações que a época acreditava, a exemplo da busca por leis naturais que regiam o ser humano (SILVA; MENDES, 2017).

Por meio dessas transformações e adequações ao contexto, foi inaugurado o primeiro laboratório experimental de psicologia por Wilhelm Wundt em 1879, em Leipzig na Alemanha, representando como marco que deu a área a condição de ciência. Nesse contexto eram realizados experimentos com objetivo de identificar a experiência imediata, considerando os aspectos internos e externos compondo uma mesma perspectiva. Assim, para Wundt, a ciência psicológica atuaria de forma complementar as ciências naturais. Apesar de receber várias críticas em seu método, a inauguração do laboratório abriu portas para se construir uma psicologia científica, mesmo que o viés positivista tenha se mantido por tempo significativo (ARAÚJO, 2009).

Após esse acontecido, diversas correntes de pensamentos foram sendo organizadas, entre elas o estruturalismo e o funcionalismo, representadas por Titchener e William James, respectivamente. O primeiro estava na tentativa de descobrir as estruturas da mente, por meio do método da introspecção, onde os sujeitos pesquisados tinham que relatar seu estado mental através da tomada de consciência desses. O segundo, buscou compreender além das estruturas e incorporou os aspectos funcionais dos sentimentos e pensamentos para o sujeito (MYERS; DEWALL, 2019).

As duas correntes citadas, apesar das críticas e limitações cederam lugar para o desenvolvimento de outras escolas que investigam os fenômenos psicológicos e que ainda perduram nos dias atuais, desenvolvendo pesquisas e aplicações práticas em contextos distintos. Dentre elas, cita-se o Behaviorismo, Gestalt, Psicanálise e a corrente do Humanismo. Todas elas possuem suas especificidades, buscando investigar determinados aspectos que envolve o ser humano e suas relações, por meio de métodos específicos, ultrapassando a formulação experimental como único método aceito (BRAGHIROLI, 2015).

Quando se trata da ciência psicológica nas configurações atuais, observa-se que a mesma se insere em diversas áreas e contextos, tais como na saúde, educação, organizacional, social, clínica e nos outros diversos campos que o profissional Psicólogo se faz presente. Buscando através de métodos científicos, compreender as demandas específicas para que através desse conhecimento, possa pensar estratégias de intervenção (BORGES, 2013).

Nesse sentido, tem-se visualizado um aumento das produções acadêmicas, assim como o número de publicações de modo geral. Quantitativamente observa-se que esse aumento, por um lado, enfatiza o desenvolvimento de uma ciência psicológica brasileira por meio do crescimento do número de cursos em nosso país e de outro, um produtivismo que emperra a evolução em retóricas inócuas. Na perspectiva de qualidade, tem notado que as pesquisas necessitam relacionar e contribuir com demandas vigentes nos contextos, evitando a simples repetição do que já foi publicado (SOUZA, 2016).

Para além das diversas áreas de atuação, a Psicologia ainda possui outra dimensão desafiadora no que diz respeito a tentativa de conciliar a quantidade das produções a qualidade destes. Esse desafio remete as diferentes epistemologias que compõe essa ciência, repercutindo assim em uma amplitude de métodos que darão resultados distintos. A questão não se trata das dimensões dadas pelas diferentes epistemologias, mas sim o uso correto e adequado na busca da resposta a que a mesma se propõe (BORGES, 2013).

Nessa perspectiva, o ensino superior e os espaços acadêmicos se tornam primordiais na aquisição, produção e aplicação de conhecimentos científicos. Assim, esse meio visa

atender três perspectivas. A primeira é pautada na construção do conhecimento, moldando competências por meio da formação de profissionais, com base no processo de ensino/aprendizagem. A segunda é caracterizada pela formação de cientistas, embasados em métodos científicos que cercam a área de formação, possibilitando gerar novos conhecimentos. A terceira, refere-se a fomentar no discente o seu papel cidadão que irá contribuir para o desenvolvimento social, através do senso crítico e conscientizador (VIANNA, 2015).

Esses aspectos apresentados, pauta-se em ações em três pilares principais que compõe o universo acadêmico, sendo eles, o ensino, a pesquisa e a extensão, respectivamente. Apesar de tratar de eixos separados, sua prática ocorre de modo interligado, necessitando que essas esferas se comuniquem e se complementem. Mesmo não existindo hierarquização destes, a pesquisa ocupa papel central nesse processo, pontuando que para que o ensino ocorra, necessita de busca aprofundada da temática, proporcionando que o aluno também busque e não somente recebendo o conteúdo de forma passiva. Assim ocorre com a extensão, que necessita que através do conhecimento gerado pela pesquisa, possa levar contribuições e transformação social nas ações extensionistas. Apesar da relevância desse tripé universitário, o mesmo não se aplica em alguns contextos, como as faculdades por exemplo (SEVERINO, 2017).

Dentro do eixo da pesquisa, é discutido sobre a necessidade de ter a produção do Trabalho de Conclusão de Curso na formação em Psicologia. Sendo este uma produção exigida em grande parte dos cursos de graduação e se configura como uma oportunidade para que o discente adentre na pesquisa, utilizando de métodos sistemáticos para produção de conhecimentos. Em muitos casos, a experiência com o TCC se torna o primeiro e o único contato efetivo com a produção acadêmica, em outros casos, recebe pouca credibilidade e dedicação do discente. Nesse sentido, é importante que sua realização esteja respaldada em critérios científicos e intrinsecamente relacionados com as questões do contexto social inserido, tendo em vista que a pesquisa deverá fornecer contribuições para o eixo estudado (MARONI; LAKATOS, 2017).

Nesse aspecto, segundo Borges (2013), o espaço acadêmico se faz fundamental para que as ciências se desenvolvam e mantenham relação direta com a sociedade e os dilemas que deles são oriundos, na tentativa de solucioná-los, gerando transformações efetivas por meio das práticas científicas. Dessa forma, será discutido a construção da Psicologia brasileira por meio de aspectos de sua constituição enquanto ciência e profissão através de seu caráter formativo.

2.2 ESTRUTURAÇÃO DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL

Alguns autores como Rudá, Coutinho e Almeida-Filho (2015), apontam para um viés de análise sobre a perspectiva da formação representada por três períodos. O primeiro refere-se as primeiras experiências que antecederam a regulamentação da profissão e que possuíam pouca sistematização. A segunda é representada pelo período do currículo mínimo, mediante a Lei que regulamentou a profissão e o parecer 403/62 do Conselho Federal de Educação, marcando uma sistematização dos cursos pelo país. O terceiro momento, definido pela instauração das Diretrizes Curriculares Nacionais em 2004 e reformuladas em 2011, trazendo a perspectiva da licenciatura.

A construção da formação em Psicologia no Brasil, passou a organizar-se efetivamente, a partir da lei que regula a profissão, promulgada em 1962, mesmo com a existência do ensino na área. A regulamentação, serviu como orientação para a formação de um perfil de profissional. Anteriormente a esse marco, a Psicologia vinha se inserindo nos contextos acadêmicos por meio de disciplinas em cursos afins ou desenvolvendo uma formação para práticas específicas que não eram de psicólogos, mas eram relacionadas a psicologia (CURY; FERREIRA NETO, 2014).

De acordo com Coelho-Lima (2013), as primeiras propostas de cursos de Psicologia, surgiram por meio do Instituto de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro e do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP). O primeiro possuía um viés aplicado e por circunstâncias, não teve continuidade, não formando profissionais. O ISOP por sua vez, tinha um caráter tecnicista de aplicação dos conhecimentos psicológicos, gerando assim boa aceitação pelo meio social, justamente por manter esse estilo. Ambas as propostas serviram como esboço prévio da formação, pois, foi em 1953 que surgiu o primeiro curso de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), que veio apenas para sistematizar a formação universitária, tendo em vista que seguia o mesmo viés da psicologia aplicada, anteriormente explanada (RUDÁ, COUTINHO, ALMEIDA-FILHO, 2015).

Durante esse processo, instaurou-se uma série de levantamentos sobre a necessidade de pensar a formação em Psicologia, assim como a regulamentação da profissão. A proposta não ocorreu de forma passiva, se estabeleceu por meio de debates entre entidades e atores sociais, envolvendo disputas políticas, negociações e contradições. O primeiro esboço foi derivado na década de 30 por Waclaw Radecki, diretor do Instituto de Psicologia da Colônia

de Psicopatas do Engenho de Dentro, mas que não procedeu devido a resistência de médicos e católicos na época (RECHTMAN, 2014).

Esse contexto é marcado pela atuação dos conhecimentos psicológicos mesmo sem regulamentação. A prática dos testes psicológicos ganha destaque e assim fundamentam um caráter de utilidade para a psicologia, enfatizados pelas áreas educacional e do trabalho, onde a primeira utiliza-se como critérios de classificação do público escolar, buscando por hegemonia e por práticas culpabilizadoras ao fracasso escolar, e a segunda para escolha de trabalhadores para compor grandes empresas, devido ao crescimento industrial (CURY; FERREIRA NETO, 2014).

A segunda tentativa pela estruturação da formação ocorreu após o surgimento da Associação Brasileira de Psicotécnica (ABP), coordenado por Emilio Mira y López que elaborou um anteprojeto da profissionalização da psicologia, chegando a encaminhar ao ministério da educação. A proposta tinha como foco, formar o profissional por fases, sendo a primeira o bacharelado e a segunda a licenciatura, ambos com duração de 3 anos e a segunda poderia ser realizado em uma das áreas, sendo elas a clínica, educação e trabalho. A proposta foi alvo de críticas, pois, acreditavam que a mesma dava maior ênfase a aplicação em detrimento das bases teóricas (REZENDE, 2014).

Por meio dessa construção, o anteprojeto citado apesar das críticas, serviu como base sólida para o reconhecimento da profissão. Após esse marco, as associações de Psicologia juntamente com Manoel B. Lourenço Filho, montaram uma nova proposta em 1957, buscando conciliar os interesses que permeavam o período. Essa nova estruturação deu base para a aprovação da regulamentação anos depois (COELHO-LIMA, 2013).

Assim, por meio da lei nº 4.119 de 1962, regulamentou-se a profissão, possuindo essência da proposta da década de 1950, oferecendo subsídios para o desenvolvimento da formação em Psicologia, estabelecendo inicialmente três modalidades possíveis, sendo elas, o bacharel, a licenciatura e o psicólogo propriamente dito. Onde o ponto marcante de cada uma consistia em formar o pesquisador, o habilitado a lecionar e o profissional para atuar em diversos contextos, respectivamente (CURY; FERREIRA NETO, 2014).

O contexto em que marcou a regulamentação manteve características pautadas ao atendimento que a classe elitista mantinha na época, sendo este público, os únicos que possuíam entendimento do que seria a Psicologia. Tendo em vista que o país estava vivenciando um crescimento econômico, pensar a profissão nesse meio, permeou-se pelas práticas classificatórias, pelos usos de testes e as ações mantinham distanciamento da população em geral, contribuindo para a criação de estereótipos com a profissão. Nesse

aspecto, a criação não teve como foco o compromisso social e sim com o objetivo de atender uma demanda advinda de outras esferas (BOCK, 2015).

A regulamentação ofereceu a delimitação da prática profissional a partir de uma formação da psicologia e condições para a formação com base em competências necessárias para a atuação. Possibilitou o reconhecimento do uso de métodos e técnicas com objetivos definidos, necessários a atuação em áreas já configuradas. Aos estágios, possibilitou que os mesmos fossem realizados em outras instituições, assim como demarcou a necessidade da criação de serviços psicológicos ao público, orientado pelos docentes (PERETTA, 2015).

Nesse aspecto de transformações necessárias ao seu desenvolvimento, evidenciou-se a padronização e utilização de um currículo mínimo, através do Parecer 403/62 do Conselho Federal de Educação (CFE), que tentou propor uma orientação aos discentes em âmbito nacional por meio de parâmetros norteadores dos conteúdos estudados. Nesse modelo, foram enfatizados a transmissão de conteúdos pela divisão dos mesmos para fins didáticos e realizados pelo viés da aglomeração dos conhecimentos (BERNARDES, 2012).

O modelo adotado, teve como foco a padronização dos cursos pelo país e por mais que o objetivo fosse de melhoria e estabelecimento de parâmetros, existiram dilemas que perpassaram esse ideal. Um deles foi a diferença entre regiões e os focos emergenciais de cada localidade, tendo em vista que cada região necessitava de disciplinas diferentes, a fim de suprir as questões dos meios em que estavam inseridos. Dessa forma, o contexto acadêmico seguiu pela vertente estabelecida pelo currículo mínimo, resultando em priorização de certas áreas em detrimento de outras, em especial a clínica que tomou grande evidência na formação profissional, por meio dos conteúdos exigidos em todo território nacional (RUDÁ, COUTINHO, ALMEIDA-FILHO, 2015).

A realização de psicoterapia pelos psicólogos foi alvo de diversos debates e discussões com a categoria médica, que por muitas vezes se opuseram, tendo em vista que o saber médico era o responsável por tal atividade. Assim, a lei regulamentadora nomeou a prática como aconselhamento e ajustamento, dando margem para a utilização da prática clínica, que logo se ampliou e teve bastante adesão entre os profissionais, sugerindo assim um saber/poder que estaria nas mãos do indivíduo capacitado (FERNANDES, 2016).

Após dois anos da regulamentação, o país passa por transformações políticas e é instaurado o regime militar, que ocasionou mudanças tanto nas estruturas sociais, quanto para as universidades. As entidades de ensino superior de caráter privado, tiveram crescimento significativo nessa época, favorecendo a proliferação de profissionais, que em muitos casos atrelavam-se a proposta do governo vigente, no sentido de suprir as possíveis necessidades

pelo viés tecnicista. Nesse contexto, um fator marcante consistiu na transferência da perspectiva norte-americana, que ao se deparar com a realidade brasileira, trouxe impactos significativos para a atuação descritiva e adequada (COELHO-LIMA, 2013).

As décadas de 1960 e 1970 foi representada no âmbito da formação profissional pelo viés que atendia interesses particulares, sendo a elite, priorizada enquanto público alvo de intervenções e beneficiadas pelo conhecimento psicológico. Assim, as áreas que sobressaiam, como a clínica, a educacional e a do trabalho eram pautadas em aspectos de adaptação dos sujeitos a uma sociedade que estava em modificações. Desse modo a formação nesse período “configurou-se como uma formação tecnicista, autor-centrada, conteudista, guiada por um espírito colonizado que formou muitos profissionais competentes do ponto de vista da aplicação das técnicas e das teorias, naquilo que a elite brasileira precisava” (BOCK, 2015, p 115).

Apesar de ter passado poucos anos após a regulamentação, muitas repercussões foram destacadas, trazendo em discussão, aspectos da proposta. Um dos pontos em evidência na década de 1970 foi a crescente preocupação com a profissão e os rumos que estavam sendo seguidos, tendo como base, a qualidade da formação profissional da época. Estudos críticos realizados já vinham demonstrando fragilidades do currículo mínimo para atender a abrangência da psicologia. Dados reafirmavam o destaque dado ao âmbito clínico e a formação de um profissional liberal, fato esse que dificultava acesso de determinados grupos sociais ao conhecimento psicológico, o que sobrecarregou também esse nicho de atuação (FERNANDES, 2016).

Em 1971 foi aprovada a Lei nº 5.766/71 que criou o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais, possibilitando mais uma conquista na demarcação da psicologia enquanto ciência e profissão. Essa nova estruturação veio contribuir com o debate do exercício profissional, visando ampliar o olhar social por meio da fiscalização, orientação e a disciplinarização pautados na ética. O CFP se constitui como essencial no processo de avaliação dos currículos e na elaboração de novas propostas que atendessem a realidade brasileira (RUDÁ, COUTINHO, ALMEIDA-FILHO, 2015).

Em meio a insatisfação gerada, o período final dos anos 1970 e do início dos anos 1980 instauraram-se ações para transformar os currículos. Apesar das mobilizações, pouco foi modificado, apenas algumas disciplinas foram incorporadas de maneira pontual nas matrizes cujo foco era o currículo mínimo. A estratégia de incorporar novas disciplinas tinha o objetivo de contemplar questões que se relacionassem ao contexto em que a instituição estivesse inserida e como forma de amenizar os impactos de uma formação muito fechada. Além dessas

ações, propostas amplas e estruturadas estavam sendo elaboradas a fim de mudar a realidade dos currículos mínimos (DAMASCENO *et al.*, 2016).

No mesmo período, ocorre também uma série de revisões no campo ético-político da Psicologia Social no tangente a insatisfação decorridas do modelo hegemônico, advindo de práticas norte-americanas com perfil individualista e dotados de técnicas aplicadas de forma acrítica e descontextualizadas. Assim, institui-se a denominada crise da Psicologia Social desenvolvida pelos profissionais na tentativa de pensar uma atuação voltada a realidade latino-americana, que possuem similaridades em sua constituição, dando origem assim a uma psicologia mais crítica (LANE, 2017).

Década depois, o governo autocrático vigente perde forças e passa a retornar as ações democráticas no país. Nesse aspecto, em 1988 é instaurado a nova constituição, marcando a transição de regimes e incorporando a educação como um direito de todos e dever do Estado, possibilitando então, organizar a educação no país, direcionando as diretrizes e bases educacionais (COELHO-LIMA, 2013).

Na perspectiva em que a educação brasileira passa por transformações, as áreas de conhecimento buscam adaptação e melhorias, ocorrendo o mesmo com a psicologia que já vinha na busca por aprimoramento da categoria. Foi um processo marcado por debates e propostas para repensar a formação do psicólogo brasileiro. Um marco representativo ocorreu com a elaboração da carta de Serra Negra em 1992, que uniu 98 representantes dos 103 centros formativos do país, consolidando princípios para a formação e valorizando a postura ética, transformadora e vinculada a realidade social (RECHTMAN, 2014).

Por meio dessas questões e seguindo a perspectiva da constituição vigente, a educação propõe efetivação em suas práticas por meio da promulgação da Lei nº 9.394 que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 20 de dezembro de 1996, possibilitando a cada área a responsabilidade para elaborar o currículo de ensino. Reconhecendo suas necessidades e aspectos necessários a formação, fazendo a quebra do currículo mínimo e, ao mesmo tempo, possuindo autonomia para avaliação dos processos educacionais (SOUZA; RODRIGUES; CONTERNO, 2018).

Nesse aspecto, intensificaram as propostas de elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de Psicologia, fato que foi consolidado somente em 2004, por meio da resolução CNE/CES nº 8, de maio de 2004 e reformulada em 2011, na resolução 5, de 15 de março de 2011 que discorre sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Psicologia, que buscam alinhar e nortear a formação acadêmica, por meio de recomendações. Definem as possibilidades de montar o perfil do curso, com base em

habilidades e competências que o aluno precisará ter, para sua atuação no meio social, comprometido e focado na realidade da população brasileira e local. Expõe os componentes curriculares, como as ênfases possíveis, a composição dos estágios e entre outros aspectos (REZENDE, 2014).

2.3 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE PSICOLOGIA

A criação das DCN's para os cursos de psicologia foi um marco na formação do profissional brasileiro. Uma das principais transformações foi a possibilidade de quebra do currículo mínimo, dando margem para se pensar em uma formação mais ampla, voltada para os contextos regionais, abrindo outras perspectivas em comparação com as que orientavam os cursos anteriormente. O foco passou de conhecimentos fracionados, oriundos do modelo do currículo mínimo, para a aquisição de habilidades e competências para atuação do profissional com a nova proposta (SOUZA; RODRIGUES; CONTERNO, 2018).

A resolução CNE/CES nº 8 de 2004 trouxe à tona diversas questões que já vinham sendo levantadas por um longo período, como os estágios na formação profissional já existentes e que deviam ser incorporados a lógica da ênfase, inclusão de novas demandas nos currículos e até mesmo aspectos voltados as áreas de atuação e exigindo uma readequação do perfil profissional. Na reformulação ocorrida em 2011, voltou a questão da formação em licenciatura, por meio de uma demanda sul/sudeste para complementar e agregar conhecimentos ao profissional e permitiu pensar um núcleo comum para garantir a identidade da psicologia no Brasil (DAMASCENO *et al.*, 2016).

Nesse aspecto, por meio das diretrizes foram incorporados os eixos estruturantes que servem de base comum para manter um parâmetro nacional. Estes são: fundamentos epistemológicos e históricos; fundamentos teórico-metodológicos; procedimentos para a investigação científica e a prática profissional; fenômenos e processos psicológicos básicos; interfaces com campos afins do conhecimento; e, práticas profissionais. O modelo fixado serviria para oferecer suporte nos mais diversos campos atuantes, apontando a diversidade da ciência psicológica e de seus recursos investigativos na produção de seus conhecimentos (BRASIL, 2011).

Um desafio trazido por Bernardes (2012), refere-se a discutir o currículo no campo das relações de poder, observando os contextos de seu surgimento, traçado por conflitos de interesses, debates, avanços e retrocessos. Pois sua idealização é muitas vezes vinculada como sendo apenas um conjunto de disciplinas e conteúdos a serem agrupados. Assim os mesmos

passam de produto final à produtor de cultura, modos de viver e de subjetivação. Dessa forma o autor afirma que

(...) currículo é vida, e, portanto, é desejável que esteja na pele das pessoas, encarnado em seus corpos vivenciado e em constante processo de avaliação e mutação. Por ser vivo, o currículo que se estatiza, define, iniciando processos de reproduções culturais, sociais, valores, poder e de práticas quase sempre questionáveis (BERNARDES, 2012, p. 219).

Ainda discutindo, outro ponto de tensão comparada ao modelo anterior, é a modalidade de formação, que antes dividia-se em 3 (pesquisador, professor e psicólogo) e agora possibilita formar somente psicólogos, porém, abrindo a possibilidade a titulação de licenciados por meio de uma proposta complementar, especificada na resolução 5, de 15 de março aprovada em 2011. Anteriormente a isso, a prática da licenciatura teve pouca aprovação dos profissionais e das entidades educacionais. Nessa perspectiva, pensou-se no profissional pautado em competências que os possibilita atuar em diversos contextos e por meio dos recursos disponíveis, fato que antes eram distribuídos pelas 3 vertentes de atuação e sendo assim restritiva (COELHO-LIMA, 2013).

Esse posicionamento também ofereceu condições de pensar o dilema generalista/especialista ocupado nas universidades. As diretrizes encerraram as concepções de áreas profissionais (focadas especialmente na clínica, educação e trabalho) e incorporaram a perspectiva das ênfases curriculares. Essas são vistas como um conjunto de competências e habilidades direcionadas a um dos campos consolidados da Psicologia para aprofundamento de estudos e composição dos estágios a escolha do aluno, o que dá liberdade de aprofundamento dos interesses do discente (BRASIL, 2011).

A discussão envolveu os aspectos da Psicologia enquanto ciência e profissão, por meio da incorporação das práticas científicas no fazer do psicólogo, que antes era visto como uma especialização a parte na formação. Por meio desse processo, vigorou o entendimento que o profissional necessita dessa base para qualquer contexto em que for atuar, através de uma visão investigativa sob os fenômenos emergentes, implicando obrigatoriamente numa intervenção reflexiva, pois os discentes podem vincular a ideia de que somente à docência se utiliza de pesquisas (FERNANDES; SEIXA; YAMAMOTO, 2018).

A fundamentação por trás da proposta das diretrizes no tangente a formação generalista e as ênfases curriculares, pautou-se do entendimento que o profissional necessita adquirir competências que permita atuar em quaisquer âmbitos laborais. Como a psicologia abrange uma diversidade de contextos e uma diversidade psicológica, as ênfases surgem como

uma possibilidade de aprofundar as competências gerais em um contexto mais específico e de preferência do discente (FERNANDES, 2016).

Bernardes (2012) traz uma crítica a essa perspectiva trazida nas ênfases tendo em vista que os cursos em sua maioria acabam por reproduzir as áreas já consolidadas durante o tempo e como as mesmas incorporam os estágios, acabam por priorizar alguns conhecimentos em detrimento de outros, sendo as áreas já citadas anteriormente mantidas em grande parte das instituições que oferecem o curso. Nesse aspecto, acabam por gerar conflitos no entendimento da formação enquanto generalista devido aos aspectos presentes na delimitação proposta nos currículos, no destaque dado pelos docentes e a forma que isso chega aos discentes (FERNANDES; SEIXA; YAMAMOTO, 2018).

De acordo com a resolução 5, de 15 de março de 2011, é sugerido seis possibilidades de ênfases, sendo elas, Psicologia e Processos de Investigação Científica, Processos Educativos, Processos de Gestão, Processos de Prevenção e Promoção da Saúde, Processos Clínicos e Processos de Avaliação Diagnóstica. Assim, fica a critério da instituição, de acordo com a realidade em que a mesma está inserida, selecionar pelo menos duas e até mesmo, incorporar outras perspectivas. Destacando o papel das ênfases na formação, enquanto possibilidade de aprofundamento, mas evitando que as mesmas sejam compreendidas e efetivadas como especializações precoces, tendo em vista que as orientações legais apontam para o viés generalista (BRASIL, 2011).

As ênfases por sua vez, servem para o delineamento dos campos de estágios, para que o discente possa colocar em prática as competências e habilidades aprendidas. Assim as diretrizes propõem pensar a formação voltada para a realidade, por meio de ações transformadoras nos mais diversos contextos em que a psicologia se faz presente e atuante, mediante a correlação entre teoria e prática (DAMASCENO *et al.*, 2016).

Os aspectos apresentados demonstram os embates presenciados ao longo do desenvolvimento da psicologia e sua formação, cercada por avanços, retrocessos, conflitos de interesses e dilemas. A utilização das DCN'S ainda continua sendo alvo de discussões, buscando reconhecer seus impactos, suas limitações e possibilidades de melhorias, evitando cair em conformismo, o que resultaria em prejuízos em diversos contextos e em especial para a sociedade (SILVA, 2013).

Nessa perspectiva, o ano de 2018 foi considerado o ano da formação em psicologia, coordenado pelo Conselho Federal de Psicologia, a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia e a Federação Nacional dos Psicólogos que mobilizam uma ação a nível nacional para discussões sobre as DCN's a fim de elucidar uma formação consolidada que reafirme o

papel e a importância da psicologia para a sociedade. Outro fator decisivo para essa proposta foi o contexto político que visa permitir cursos da área da saúde totalmente a distância, o que se entende interferir nos princípios formativos da psicologia. Dessa forma, por meio das reuniões, estabeleceu-se uma minuta que trata de aspectos como estágios, os modelos de ensino-aprendizagem e a pesquisa, assim como outros aspectos que aguardam aprovação (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

3 METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza em seus objetivos gerais como uma pesquisa descritiva, expondo as características dos fenômenos estudados e fornecendo condições para conhecê-los. Possuindo natureza quantitativo-qualitativo para a compressão de seus aspectos, tendo em vista que foram analisados todos os elementos que compõe o universo da pesquisa. Assim, passa investigar o conjunto de dados de forma sistemática, considerando que os mesmos apresentam pelo menos uma característica em comum, justificando a natureza deste estudo pela quantificação das informações em questão e ao mesmo tempo possibilitando uma apreciação dos mesmos de forma qualitativa (GIL, 2017).

Em seu delineamento foi realizado uma pesquisa de caráter documental no acervo de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, localizado no interior do Estado do Ceará. Esse tipo de pesquisa se configura de acordo com o que expressam Marconi e Lakatos (2017), valendo-se de material documental para inferir sobre o problema de pesquisa delineado de forma objetiva. Seguiu-se as fases estabelecidas em pré-análise, exploração dos dados e análise dos mesmos. Na primeira pautou-se na escolha dos documentos, sendo estes os TCC's do curso de Psicologia. A segunda, ocorreu mediante o agrupamento dos dados e a criação de categorias de análise temática, que subsidiaram inferências acerca do objeto pesquisado e do problema delineado em nossa investigação.

Foram tratados todos os trabalhos realizados no período de 2011 a 2018.1, que contempla as produções da primeira turma graduada no curso, até os últimos trabalhos depositados e catalogados no início da nossa pesquisa. Demarcando a matriz curricular de 2008.2, contemplando toda a dimensão pesquisada desse recorte, haja vista que o curso passou por reformulações. Foram excluídos os trabalhos que por eventual equívoco de catalogação no sistema, foram vinculados ao curso de psicologia.

A coleta dos dados ocorreu por meio do acesso à biblioteca virtual, disponibilizado pelo site da própria instituição e de domínio público. Procedeu pela sistematização dos

materiais, distribuindo-os por ano de produção, título e resumo. Em seguida procedeu-se a leitura dos resumos de cada trabalho no intuito de identificar os aspectos relevantes ao estudo, para assim serem distribuídos dentro de eixos compostos pelas ênfases curriculares de acordo com a proposta da resolução nº 5, de 15 de março de 2011, que institui as Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia, escolhido como parâmetro para nortear os dados, tendo em vista que outra distribuição poderia dificultar a categorização.

As ênfases propostas no referido documento são: psicologia e Processos de investigação científica (1); Processos Educativos (2); Processos de Gestão (3); Processos de prevenção e promoção da Saúde (4); Processos clínicos (5) e; Processos de avaliação diagnóstica (6). Tentou-se ao fazer os direcionamentos, levar em consideração os aspectos que eram evidenciados nos resumos em consonância com eixos de ênfase. Para os que foram categorizados na ênfase em Processos clínicos, houve outra distribuição, por meio dos referenciais teóricos-metodológicos da psicologia. As categorias propostas pela ênfase seguem no quadro abaixo.

Quadro 1 – Propostas de ênfases de acordo com a resolução nº 5, de 15 de março de 2011.

ÊNFASES	DEFINIÇÃO
Psicologia e Processos de investigação científica	Consiste na concentração em conhecimentos, habilidades e competências de pesquisa já definidas no núcleo comum da formação, capacitando o formando para analisar criticamente diferentes estratégias de pesquisa, conceber, conduzir e relatar investigações científicas de distintas naturezas.
Psicologia e Processos Educativos	Compreende a concentração nas competências para diagnosticar necessidades, planejar condições e realizar procedimentos que envolvam o processo de educação e de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de indivíduos e grupos em distintos contextos institucionais em que tais necessidades sejam detectadas.
Psicologia e Processos de Gestão	Abarca a concentração em competências definidas no núcleo comum da formação para o diagnóstico, o planejamento e o uso de procedimentos e técnicas específicas voltadas para analisar criticamente e aprimorar os processos de gestão organizacional, em distintas organizações e instituições.
Psicologia e Processos de prevenção e promoção da Saúde	Consiste na concentração em competências que garantam ações de caráter preventivo, em nível individual coletivo, voltadas à capacitação de indivíduos, grupos, instituições e comunidades para protegerem e promoverem a saúde e a qualidade de vida, em diferentes contextos em que tais ações possam ser demandadas.

Psicologia e Processos clínicos	Envolve a concentração em competências para atuar, de forma ética e coerente com referenciais teóricos, valendo-se de processos psicodiagnósticos, de aconselhamento, psicoterapia e outras estratégias clínicas, frente a questões e demandas de ordem psicológica apresentadas, por indivíduos ou grupos em distintos contextos.
Psicologia e Processos de avaliação diagnóstica	Implica a concentração em competências referentes ao uso e ao desenvolvimento de diferentes recursos, estratégias e instrumentos de observação e avaliação úteis para a compreensão diagnóstica em diversos domínios e níveis de ação profissional.

Fonte: (BRASIL, 2011).

Os trabalhos que por não preencherem as condições por meio das ênfases propostas, foram alocadas em outra categoria, intitulada como “Extra”, no intuito de investigar quais as características desses que não atenderam uma das seis possibilidades. Nesse aspecto, utilizou-se dessa classe para observar e analisar qualitativamente as produções, buscando verificar a consistência do que foi produzido, sua configuração metodológica e aspectos em torno de seus conteúdos.

No percurso da investigação, foi realizada também uma busca dentre os materiais selecionados, sobre as produções no seguimento da Avaliação Psicológica, visto que esta é de exclusividade dos profissionais da área. Para tanto, foram usadas as palavras-chave: “Psicodiagnóstico”; “Avaliação Psicológica” e; “testes” como descritores para localização de trabalhos no universo pesquisado. Os termos foram buscados individualmente para análise mais detalhada destas produções.

O processo de organização e análise usou o programa Excel, visando facilitar a organização em quadros de categorias e posteriormente análise de forma quantitativa através do agrupamento dos resultados pautados em estatística descritiva. Esse modelo de análise pauta-se em resumir e descrever o conjunto de dados numéricos, por meio de recursos da estatística para a criação de instrumentos adequados, tais como quadros, tabelas e gráficos. Fornecendo assim, base para alcance dos objetivos propostos e suas dimensões envolvidas (SILVA; LOPES; JUNIOR, 2014).

O presente trabalho resguardou ainda o anonimato dos autores, primando pelo caráter ético na avaliação do material.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados um total de 914 resumos disponibilizados no repositório *online* da biblioteca do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. As categorias investigadas se fizeram com base no que a resolução nº 5, de 15 de março de 2011 no tangente as possibilidades de ênfases propostas no documento. São mencionadas seis, das quais a instituição ofertou na matriz curricular de 2008.2 duas possibilidades. A primeira foi por meio da junção de duas ênfases, sendo elas, Psicologia e Processos de Promoção da Saúde e Psicologia e Processos Clínicos. A segunda constituiu-se pelo viés de Processos de Gestão.

Nesse aspecto, 32% (n=289) corresponderam a ênfase de Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção da Saúde. Psicologia e Processos Clínicos 17% (n=158) que somados representam um total de 49% da população. A outra possibilidade ofertada, refere-se a Psicologia e Processos de Gestão, que representou 11% (n= 103), estando com taxa menor em relação as anteriores. Os demais trabalhos que não se enquadraram nas ênfases propostas, foram alocadas em uma categoria Extra.

Na classificação geral os Trabalhos de Conclusão de Curso ficaram na seguinte ordem de acordo com as ênfases propostas pela resolução: Promoção da Saúde em primeira colocação, possuindo 32% (n=289); em segundo, Processos Clínicos com 17% (n=158); seguido por Processos Educativos representando 12% (n=106); Processos de Gestão com 11% (n=103); Investigação Científica totalizou 4% (n=38); e por fim a categoria de Avaliação Diagnóstica não foram identificados pesquisas nessa vertente. O restante foi classificado em categoria Extra, representando os 24% (n=220) restante. Os dados gerais estão representados a tabela 1.

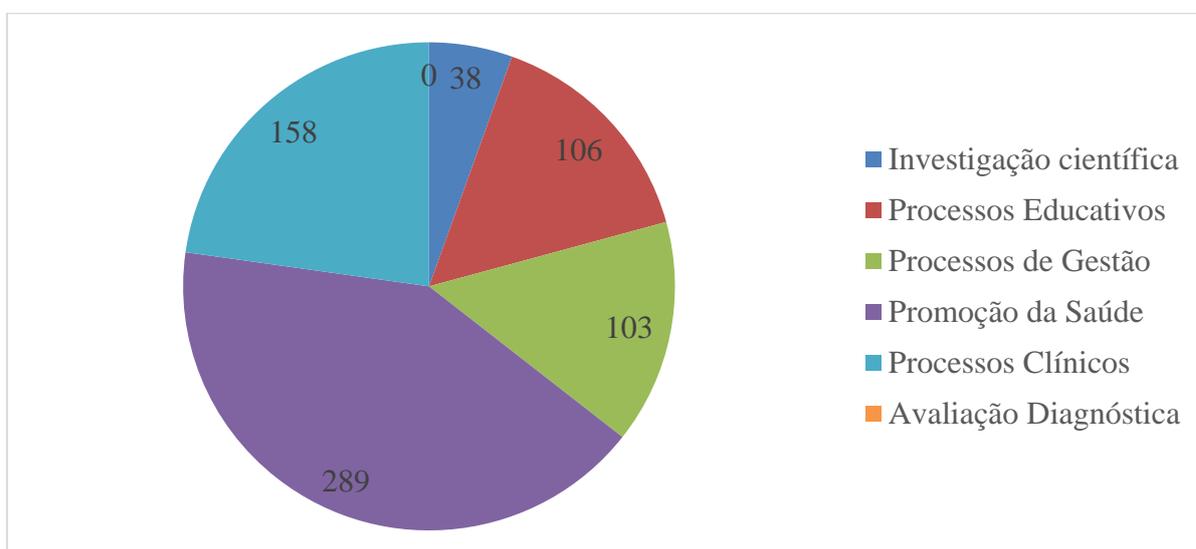
Tabela 1 – Distribuição de Trabalhos de Conclusão de Curso por ano e por ênfases.

ÊNFASES	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Investigação científica	6	6	4	2	7	2	9	2
Processos educativos	17	22	15	9	18	10	15	0
Processos de gestão	7	15	9	12	16	14	25	5
Promoção da saúde	41	47	49	36	43	28	37	8
Processos clínicos	26	25	16	20	28	16	25	2
Avaliação diagnóstica	0	0	0	0	0	0	0	0
Categoria EXTRA	12	35	28	23	35	31	51	5
Total	109	150	121	102	147	101	162	22

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Como podemos observar com a tabela, com exceção dos anos de 2017 e 2018 a categoria de Processos de Saúde se manteve com a maior quantidade de produções. Nesses anos citados, a mesma ficou na segunda posição, cedendo a posição de maior expressividade numérica para o que foi denominado de categoria Extra. Esta foi criada para a alocação dos trabalhos que, por meio da leitura de seus resumos não se enquadravam em nenhuma das ênfases propostas, mas estão dentro do universo de temas relacionados à psicologia, mesmo que não se enquadrem no que se denominam métodos e técnicas psicológicas. As distribuições, sem a categoria Extra ficaram de acordo com o gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Distribuição total de trabalhos por ênfases (2011 - 2018.1).



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A presença significativa de trabalhos voltados as práticas de Prevenção e Promoção da Saúde podem ser abordadas pela influência das mudanças no modelo de assistência à saúde ocorridas tanto no final da década de 1980 com a criação do Sistema único de Saúde, quanto nos contextos acadêmicos, que trouxeram em cena, a necessidade de inserção do profissional da Psicologia nesses espaços, bem como a expansão dos serviços preconizados nas políticas públicas (SEIXAS; COELHO-LIMA; COSTA, 2010).

Nesse contexto, os psicólogos passaram a incorporar as práticas da rede de atenção a saúde pública, e de início havia certa dificuldade em desempenhar atividades voltadas a esse seguimento, tendo em vista que sua formação era voltada ao caráter clínico individual. Com isso, as ações realizadas ocorreriam por meio da reprodução da clínica nos outros contextos da saúde, estes que demandam uma nova prática. Assim, passou-se a perceber o sujeito pelo

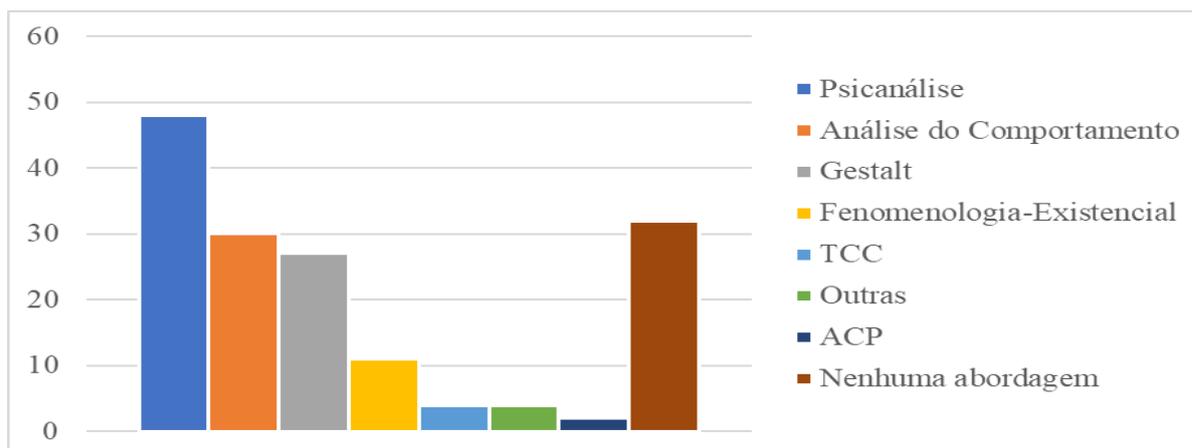
agrupamento das esferas do biológico, do social e do psicológico no intuito de compreender as demandas que surgiam nos divergentes níveis de complexidade (ALVES, 2017).

A área clínica manteve-se logo atrás da saúde em relação a quantidades de trabalhos produzidos. Essa demarcação possibilita pensar a reprodução do processo histórico em que a clínica é preponderante nos currículos e que percorriam o ideal social como profissão nobre, marcada pelo profissional liberal e focado em demandas individuais. A clínica então, passou a ser herdeira do modelo médico, ligada aos segredos de um consultório distante das outras classes sociais e favorecendo uma prática descomprometida com o contexto social (LIMA; MACÊDO; CERVENY, 2015).

O debate em torno da prática clínica ligada aos consultórios, retrata a implicação de uma ciência psicológica aplicada e atrelada aos aspectos psicopatológicos, tendo sua representação social por meio das práticas ligadas a esse âmbito. Nesse aspecto, as outras áreas em desenvolvimento e as já atuantes, acabavam tendo a presença de conflitos na formulação de suas ações e na construção de sua identidade, observando que o contexto clínico sobressaía no perfil profissional (DAMASCENO *et al.*, 2016).

Em pesquisa realizada por Queiroz *et al.* (2014) através de uma busca preliminar na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-Psi), onde em seus resultados apontaram uma representação significativa de dissertações que versavam sobre a psicologia clínica. Os resultados apontaram para trabalhos com as perspectivas de referenciais teóricos tais como a Psicanálise, Fenomenologia e a Cognitivo-Comportamental. As mesmas eram distribuídas em pesquisas de caráter individual e outras com viés de ações grupais.

Dentro da categoria de Psicologia e Processos Clínicos, realizou-se distribuição em relação aos referenciais teóricos utilizados nas produções, presentes nos resumos examinados. Nesse sentido, os trabalhos da área clínica obtiveram uma representação de 30% (n=48) na perspectiva em Psicanálise, ocupando a maior taxa entre os demais. Em segundo lugar, o viés da Análise do Comportamento com 19% (n=30). Seguido pelas produções com a leitura da Gestalt, representados por 17% (n=27). Em seguida, os trabalhos em Fenomenologia/existencial com 7% (n=11). As demais, composta pela Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) e outras com menores proporções, representam também 7%. Os resultados são apresentados na tabela a seguir.

Gráfico 2 - Orientações teóricas em Processos Clínicos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Um ponto de destaque, refere-se a presença de resumos que não citam ou não permitem identificar a presença de algum referencial teórico, o que representa 20% (n= 32) da população analisada. Tal aspecto faz remeter ao que Damasceno *et al.* (2016) aponta como uma limitação das novas diretrizes no tangente a abordagem do profissional enquanto um ser dotado de competências e habilidades e que, ao mesmo tempo afasta o olhar clínico dos profissionais enquanto uma prática de si, haja vista sua contribuição para o contexto geral.

Ao considerar o perfil formativo da instituição estudada por meio do site institucional, a mesma oferece disciplinas eletivas na matriz de 2008.2, voltadas as Teorias e Técnicas Psicoterápicas nas perspectivas da Psicanálise, da Fenomenologia e da Análise do Comportamento, possibilitando que os discentes optem pelo referencial que desejem maiores conhecimentos. Nesse aspecto, as produções realizadas estiveram de acordo com os perfis propostos pelo curso, onde alguns iam por outras vertentes. Ainda nesse aspecto destaca-se a presença marcante da Psicanálise como repercussão ainda do modelo formativo de décadas anteriores, que tinham o modelo clínico como destaque e apenas uma tendência teórica, que na maioria das vezes era a Psicanálise (COELHO-LIMA, 2013).

Um estudo realizado por Silva *et al.* (2018), ao trabalhar a dificuldade em estabelecer o fenômeno de estudo da ciência psicológica e suas distintas óticas para o que se é observado, aponta as compreensões dos discentes a respeito da representação que as orientações teóricas mantêm. Como resultado, evidenciou-se que se constitui em quatro características. A primeira em torno da concepção e visão de mundo que a mesma oferece. A segunda tratou dos aspectos voltados as explicações, a sustentação teórica e aspectos científicos. A terceira em função da identificação profissional que a mesma representa, demarcando uma atuação e seu

reconhecimento. Já a última foi referindo-se ao instrumental utilizado, relação com as técnicas e intervenções. Configurando aspectos referentes a presença das orientações teóricas nos cursos de graduação em Psicologia.

A terceira posição em número de produções, foi a ênfase de Psicologia e Processos Educativos, representados em 12% (n=106), onde essa área teve sua representação demarcada na história da Psicologia brasileira, apesar de ações muitas vezes ser direcionada ao ajuste dos indivíduos. A atuação voltada aos Processos Educativos, engloba diversos contextos, não restringindo a escola, apesar de ser nesse espaço que ocorre a inserção de muitos psicólogos. O que ainda enfrenta muitas limitações no sentido de sua ação, tendo em vista que as demandas oriundas desses contextos são direcionadas e cobradas intervenções clínicas, que não é o foco da área educativa (NAVES *et al.*, 2015).

Uma pesquisa realizada por Trigueiro (2015) buscou analisar a concepção de discentes a respeito da Psicologia escolar. O público investigado fora alunos divididos entre os primeiros e os últimos anos do curso, e indagados sobre o interesse pela área e qual a compreensão sobre a mesma. Resultando em um grau baixo de interesse em comparação a área clínica e hospitalar, por exemplo, porém, estando na possibilidade de parte dos entrevistados. As representações sobre a atuação circulavam entre aspectos de ensino-aprendizagem, problemas decorrentes destes e a relação com a família e alunos.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso voltados a ênfase de Processos Educativos, esteve pouco acima do total alcançado pela ênfase em Processos de Gestão, sendo a segunda uma das propostas ofertadas no curso em questão. Sugerindo pensar, que qualquer umas delas teriam condições de se estabelecer enquanto prática efetiva. Enquanto a primeira obteve um total de 106, a segunda mantém-se com 103, sendo apenas a diferença com três produções.

Nesse aspecto, a ênfase em Psicologia e Processos de Gestão, representou 11% da população total, estando assim em quarta posição em relação as ênfases propostas pela resolução nº 5, de 15 de março de 2011, mesmo sendo uma das propostas a ser escolhida pelos discentes. Fato esse que pode ser decorrente da priorização pelos discentes ao âmbito da clínica (LIMA; MACÊDO; CERVENY, 2015). Ou até mesmo devido a matriz curricular ofertar apenas uma disciplina voltada a Psicologia organizacional, que antecede a escolha pelas ênfases e os aspectos de saúde direta ou indiretamente compõe parte significativa das disciplinas ofertadas.

Um ponto de discussão importante a ser abordado, é que o exercício da Psicologia e Processos de Gestão em muitos casos atrelam-se somente ao quesito organizacional, excluindo a demanda do trabalho e suas relações possíveis, oferecendo apenas uma visão e em

muitos casos, aplicada a resolução de demandas de forma acrítica. Nesse aspecto, surge o dilema entre atender as demandas do capital e do ramo gerencial e, por outro lado, lançar atenção a demandas geradas pelos trabalhadores no sentido de instaurar ações que gerem processos de bem-estar (AMADOR, 2017).

No contexto da formação, Coelho-Lima (2013) aponta que com a regulamentação da profissão, a Psicologia do trabalho recebeu pouca atenção nos currículos por possuir um viés técnico, estando apenas na possibilidade de compor os estágios. Com o decorrer do tempo, inseriu-se aos poucos, mas ainda assim recebeu críticas no sentido de atrelar-se massivamente as organizações no sentido da produtividade e não ao enfoque do trabalho enquanto produtor de subjetividades e nas suas relações elaboradas ao longo dos anos.

As ênfases com menores índices de trabalhos vinculados foram a de Investigação Científica e de Avaliação Diagnóstica. A primeira representou apenas 4% (n=38) que englobaram trabalhos com panoramas epistemológicos e outros como as análises críticas de filmes e outras produções. A referida taxa foi esperada, tendo em vista que as outras ênfases ofereciam suporte para o aprofundamento em diferentes áreas do saber e por meio dessa diversificação, as pesquisas fossem direcionadas a outros contextos. A ênfase em avaliação diagnóstica não obteve trabalhos específicos, sendo a única categoria que não teve produção. Os mesmos por possuírem proximidades com as demais áreas, foram assim direcionados por maior grau de relação.

Partindo para outro cenário, ao realizar as buscas no material coletado fazendo referência aos trabalhos que versam sobre Avaliação Psicológica, tendo em vista que é uma área privada ao Psicólogo, encontrou-se um dado significativo. Por meio do recorte feito com as palavras chaves “Psicodiagnóstico” “Avaliação Psicológica” e “Testes” utilizadas individualmente encontrou-se apenas quatro entre as 914 produções, porém, dois deles, tratavam-se da mesma produção. Logo, reduziram-se para três resumos que abordavam aspectos da prática de Avaliação Psicológica, por meio dos termos buscados. Dois deles versam sobre a prática no contexto do trânsito e o outro sobre o âmbito Jurídico, direta ou indiretamente.

A resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais, em seu texto aponta aspectos que compreende a área de Avaliação Psicológica. Nele, discorre sobre a formação voltada para a associação de habilidades, conhecimentos e competências em torno de eixos estruturantes, sendo um deles voltados aos procedimentos para a investigação científica e a prática profissional. Sendo esse tópico descrito para “garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e

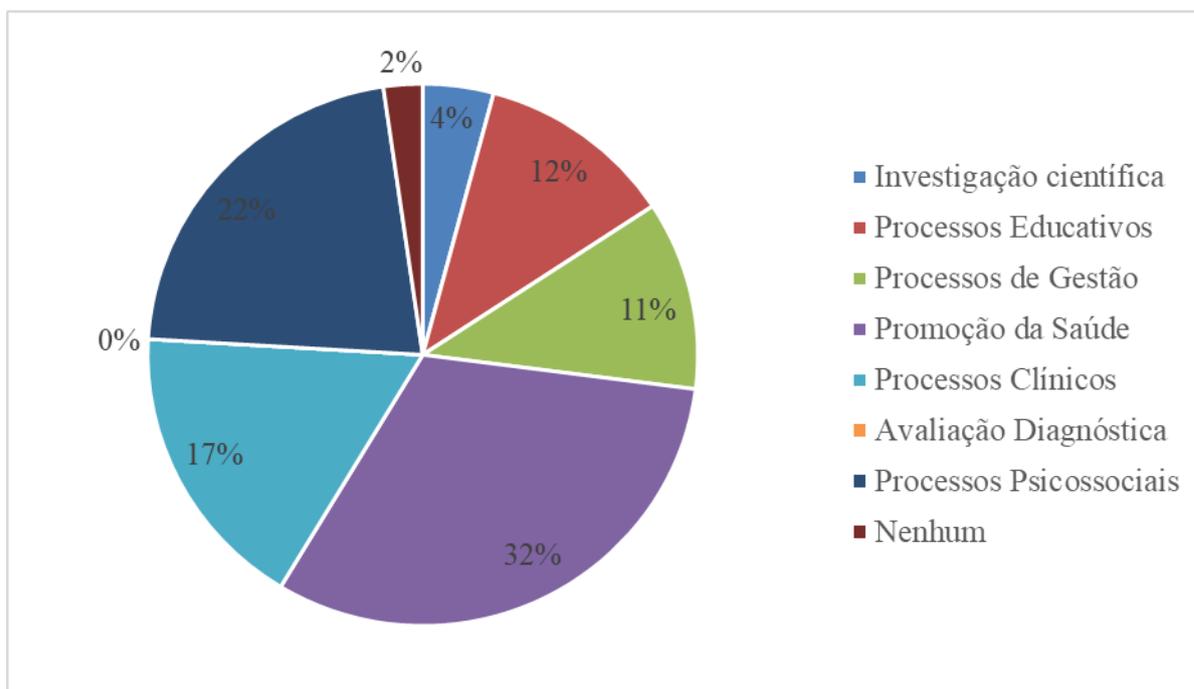
adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional” (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, oferece direcionamentos para que na formação contemple a Avaliação Psicológica, em termos de suas ações, instrumentos e dilemas éticos em seu uso. Um dos apontamentos em torno da prática, refere-se ao seu entendimento apenas no caráter de aplicabilidade e de uso com viés instrumental por meio do emprego de testes. Dessa forma há uma mistura em termo de denominação das disciplinas, nomeadas por técnicas de exames e técnicas de avaliação, conotando dificuldades em delimitar consenso sobre o que seria fundamental abordar no currículo acadêmico (BARDAGI, 2015).

Um estudo realizado por Mendes *et al.* (2013), composto por 80 participantes, sendo quarenta discentes de semestres aleatórios e o restante composto por profissionais, tinha o intuito de identificar o que o público estudado conhecia acerca da Avaliação Psicológica, seus instrumentos, o processo de regulamentação e aspectos envolvidos. Um dado significativo se fez ao constatar que não houve diferenças discrepantes entre os estudantes e aqueles já formados, assim como a presença de respostas estereotipadas e outras não respondidas. Apontando que um aprofundamento após a graduação não foi buscado, seja por falta de interesse por algo específico da profissão ou por outros motivos pertinentes.

Já a categoria com trabalhos que não se enquadraram em nenhuma das ênfases, foram direcionados a categoria Extra, obtendo valor significativo, representada com 24% (n=220). Seu crescimento ocorreu devido a presença de muitas produções terem um caráter psicossocial, e tendo em vista que a resolução nº 5, de 15 de março de 2011 não sugestia diretamente essa opção, foi incorporado nessa categoria. Aqueles que não se enquadravam dentro de nenhuma dessas possibilidades também ficaram na categoria Extra. Destes, 22% (n=199) representam os trabalhos de caráter psicossocial e os 2% (n=21) é composto por produções que não se enquadraram em nenhuma vertente.

Dentro dessa categoria tinha trabalhos na área da Psicologia Jurídica, por meio das questões da Síndrome de Alienação Parental, adoção e questões envolvendo os diferentes tipos de violência familiar. Fizeram presente investigações da Psicologia Social, através de representações sociais e aspectos familiares e comunitários. Assim como também que versavam sobre cultura, relações sociais e produção de subjetividades. Trazendo essa perspectiva a distribuição de trabalhos passa por modificações e fica de acordo com o gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Distribuição total dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Ao trazer o psicossocial enquanto ênfase, verifica-se que o mesmo passaria a ocupar segunda colocação em relação ao que foi abordado anteriormente. Ficaria então, Psicologia e Processos de Saúde, Psicossocial, Clínica, Educacionais, Gestão, Investigação Científica, trabalhos sem ênfases definidas e Avaliação Diagnóstica. Nesse aspecto, propõe pensar que se ao invés da ênfase em Psicologia e Processos de Gestão tivesse em Psicologia e Processos Psicossociais, poderia ter boa aceitação entre o público. Situação presente nas mudanças ocorridas na matriz curricular que incorporou outras ênfases e entre elas a de caráter Psicossocial.

A conceituação em torno do que seria psicossocial é ampla e concede margem para que muitos se enquadrem nessa categoria, observando que os aspectos sociais se fazem presente em todos os contextos de atuação. Outro ponto refere-se ao cenário em que toda Psicologia perpassa o contexto social, assim compreende que todas as áreas possuem uma bagagem que comporta o indivíduo e sua relação direta com o meio e as relações que o afeta, por meio dos aspectos histórico-culturais que cerca esse sujeito (LANE, 2017).

Nesse recorte apontado, abordando os trabalhos em Psicologia e Processos Psicossociais, a produção acadêmica apresenta uma nova configuração. Em relação as ênfases preconizadas pela resolução nº 5, de 15 de março de 2011, aspectos de Saúde e Clínicos sobressaem as demais, porém, ao pensar uma possível ênfase Psicossocial, a mesma estaria

em segunda posição, atrás de Processos de Saúde as pesquisas com delineamento clínico, representadas com as porcentagens de 32%, 22% e 17%, respectivamente em ordem de classificação. Apontando direta ou indiretamente que o perfil do curso já produzia estudos na perspectiva psicossocial mesmo sem uma referência de ênfase estruturada.

Ainda na perspectiva psicossocial coube fazer uma análise qualitativa do conteúdo e da estruturação dos resumos utilizados na pesquisa, tanto por ser um recorte Extra em relação as ênfases, quanto por contemplar parte significativa das produções. Como se tratam de Trabalhos de Conclusão de Curso, exigidos na modalidade de artigo, os mesmos necessitam de rigor teórico e metodológico a fim de atender a demanda que foi levantada com o objeto de estudo (SEVERINO, 2017).

Um desafio levantado refere-se a pouca clareza e omissão de informações em determinados trabalhos, constituídos na estrutura dos resumos. Alguns não apontavam os resultados obtidos, outros possuíam ambiguidades de entendimento no delineamento da pesquisa e ainda possuíam os que não demonstravam ligação direta entre o título e o conteúdo do resumo. O resumo por sua vez, é de extrema relevância para a composição do trabalho geral, nele deve conter todas as informações precisas e claras do que foi abordado (KOLLER; COUTO; HOHENDORFF, 2014).

Assim, o resumo oferece base para o entendimento da pesquisa de forma simples e concisa. Geralmente o resumo é a segunda parte lida nas produções, estando atrás dos títulos como fonte de informação, respaldando ao leitor com o que irá se deparar ao longo do texto. Assim, concede que seja tanto o primeiro contato com o conteúdo geral e se tiver com pouca estruturação, pode ser o último contato, tendo em vista que não irá atrair a atenção e o desejo pela leitura na íntegra (PEREIRA, 2013).

Algumas inferências feitas em relação às configurações dos resumos, é no tangente aos mesmos, que necessitam ser realizados como etapa final da elaboração da produção científica, no intuito de já possuir as informações necessárias para sua composição. Porém, nessa etapa, o pesquisador já tem passado por uma imersão ao longo da produção, que gerou certo nível de desgaste, o que consequentemente pode direcionar falhas na construção e revisão dos aspectos que compõe o resumo. Outro aspecto levantado é a coerência que o resumo deve manter com o texto, evitando que o mesmo seja subestimado ou que transpareça contemplar além do que o trabalho na íntegra aborda (KOLLER; COUTO; HOHENDORFF, 2014).

Em relação aos títulos utilizados, observou-se a presença de inconsistências em relação com o objetivo do trabalho e o que abordam no resumo. Esse aspecto é o contato

direto do trabalho e deverá fazer menção ao contexto amplo, servindo como cartão convite. Segue a mesma proposta dos resumos, devem ser claros, diretos e buscar especificar o que se está estudando, evitando deixá-lo abrangente ou até mesmo muito longo e com termos que não acrescentam conteúdo ao mesmo (PRAÇA, 2015).

Outro aspecto que se fez presente refere-se aos procedimentos metodológicos, nos quais houve falta de delimitação no concerne a classificações das pesquisas. Existem algumas modalidades possíveis, que segundo Lakatos e Marconi (2017) podem divergir enquanto sua natureza, objetivos, abordagem e procedimentos utilizados. Alguns trabalhos especificavam de forma indireta que a natureza da produção seria pelo viés de seus procedimentos. Ao invés de tratar que seria uma pesquisa qualitativa, delimitava como sendo apenas pesquisa bibliográfica. Outros aspectos foram apresentados por meio de pouca especificação aos métodos utilizados, deixando abrangentes ou superficiais.

Diante da análise do grande crescimento das pesquisas na categoria Extra, se faz necessário refletir o papel da delimitação do problema de pesquisa, que segundo Gil (2017) deve estabelecer as relevâncias em três esferas, a do pessoal, a científica e a da do viés social, para uma solidificação do que se pretende investigar. Nesse aspecto, retira, ou pelo menos tende a amenizar a realização de pesquisas que se inclina a responder uma demanda pessoal, sendo de fundamental importância que o estudo atenda também o âmbito social e acadêmico. Esses aspectos foram observados em alguns trabalhos, que não delimitavam de forma clara os aspectos envolvidos para a investigação de certas demandas, apontando que a perspectiva pessoal possa ter sobressaído.

Para encerramento desses apontamentos, destaca-se o papel das disciplinas com caráter de investigação de bases sólidas, reduzindo o abismo compreendido pelo discente entre a produção teórica e a execução prática, possibilitando um aprendizado consistente. Reconhecemos este como um desafio ainda posto, tendo em vista que o mesmo necessita da implicação direta do discente no processo de construção de conhecimentos frente uma cultura imperativa de adequação mercadológica acelerada. Vale destacar também, os aspectos éticos envolvidos tanto na limitação do objeto da pesquisa, quanto do próprio pesquisador ao adentrar em determinadas temáticas, tendo em vista sua interferência da busca do que foi proposto e nos meios utilizados para tal finalidade (PRAÇA, 2015).

Diante dos fatos expostos, evidencia-se que a formação acadêmica em Psicologia lida diretamente com dilemas estruturais, compreendidos pelo processo de flexibilização dos currículos. Dessa forma, não cabe tratar a formação enquanto algo fixo e padrão para o território brasileiro, tendo em vista as especificidades encontradas em cada contexto. Mas que,

ao mesmo tempo, evidencia-se a importância de adaptações nas formulações curriculares que amenizem os impactos da diversidade que é a ciência Psicológica, sendo que essa estruturação não poderá suprir todas as necessidades e áreas que a mesma mantém (DAMASCENO *et al.*, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ao longo do desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão representaram alusões de diferentes entidades e sujeitos, sejam discentes, docentes ou comunidade no geral, implicados na tentativa de consolidar a prática profissional e científica. As características iniciais estiveram atreladas as atividades de caráter técnico e aplicado, o que por um lado, trouxe a Psicologia, reconhecimento social e por outro, a elaboração de estereótipos que se repercutem até os dias atuais. Com o tempo, ocorreram os processos de mobilizações para mudar esta realidade. Apesar desses processos, as transformações ocorreram de modo lento, mas com ações significativas e que ainda se mantém em movimento.

Na situação da formação, denota-se a instauração de modelos que buscavam fixar um padrão, na tentativa de atender a realidade do Brasil e, ao mesmo tempo proporcionar um entendimento geral entre os cursos. Com a regulamentação da profissão, pode-se estabelecer esse parâmetro já buscado. Já as Diretrizes Curriculares Nacionais, trouxe um novo olhar para a formação, possibilitando uma flexibilidade em seus currículos, focando a compreender as características e demandas mais regionais, ao passo que buscam manter uma identidade geral.

Nesse sentido, as DCN's possibilitam a formulação do que será composto e necessário para a formação do profissional de Psicologia, desde as disciplinas, os estágios, as ênfases e delineando a pesquisa acadêmica. Com isso, evidencia-se que ao compor uma estruturação curricular, o mesmo jamais irá ser suficiente para contemplar a diversidade que possui o fenômeno psicológico, possibilitando compreender aspectos gerais da profissão e oferecendo condições para aprofundamento em alguns seguimentos que mais se aproximam do contexto e realidade em que o curso se insere, tendo em vista que o foco é um perfil generalista.

Outro aspecto de destaque, refere-se ao fato de que a sociedade estar em constantes transformações, isso exige um olhar reflexivo dos centros formativos, exigindo que adaptações sejam realizadas. Cabendo então aos cursos, o dever de fazer revisões que auxiliem nesse processo de adaptação as novas demandas, para formar profissionais

capacitados e competentes a serem imersos nos diversos contextos em que a Psicologia se faz presente. Assim como compreender que apesar das estruturações, surgirão demandas que fogem ao que foi estabelecido no currículo, partindo de novos direcionamentos de discentes, gerado de ações pontuais ou até mesmo que não se assemelham aos modelos propostos.

Seguindo essa linha, as pesquisas descritas estiveram em grande parte atreladas aos processos já consolidados ao longo da construção dessa profissão, e ligadas as ênfases propostas pelo curso. Dando margem também para um crescimento significativo em pesquisas em campos que não se ligam diretamente as ênfases propostas, mas que oferece pensar a ampliação do perfil profissional e a imersão em outros contextos que necessitam de atenção voltada aos limites e dilemas oriundos desse panorama.

Um desafio se fez presente no processo de categorização dos dados em função das ênfases propostas, tendo em vista que uma única produção poderia dar margem para enquadrá-lo em duas ou mais perspectivas, pelo seu caráter amplo e/ou não delimitado de forma clara. Nesse sentido, os aspectos que sobressaiam era o ponto que facilitava a organização dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Fato esse que possa ter contribuído para que a categoria Extra tenha representação significativa, justamente por abarcar conteúdos diversos dentro de um mesmo eixo.

Os dados aqui trazidos, foram significativos para pensar a proposta em que o curso vem mantendo, possibilitando por meio desse panorama, subsídios para confirmar ou confrontar aspectos que foram construídos ao longo do percurso que a instituição mantém. Um deles, se faz nos resultados obtidos com os trabalhos referentes a Avaliação Psicológica, contexto esse que é de exclusividade da categoria e que vem sendo alvo de discussões e dilemas.

Portanto, verificasse o alcance dos objetivos propostos pelo estudo, por meio da exposição da configuração da pesquisa científica em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, delineando suas áreas investigadas e fornecendo aspectos relacionados a formação e a investigação desses fenômenos. Desse modo, cabe evidenciar que a respectiva pesquisa compreende apenas uma parte do que é composto os questionamentos nesse âmbito, se fazendo necessária novas pesquisas que tratem sobre as condições atuais da ciência psicológica, a fim de se obter melhorias e ajustes necessários, trazendo conseqüentemente melhorias e transformações aos contextos sociais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, RAILDA *et al.* Atualidades sobre a psicologia da saúde e a realidade Brasileira. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 18, n. 2, p. 545-555, ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164500862017000200021&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 maio 2019.
- AMADOR, F. S. Psicologia, Trabalho e Gestão? **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 2, p. 21-33, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000200003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 28 maio 2019.
- ARAUJO, S. F. Uma visão panorâmica da psicologia científica de Wilhelm Wundt. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 209-220, Jun, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167831662009000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 09 de abril de 2019.
- BARDAGI, M. P. *et al.* Ensino da avaliação psicológica no Brasil: levantamento com docentes de diferentes regiões. **Aval. psicol.**, Itatiba, v. 14, n. 2, p. 253-260, ago.2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712015000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 de abril de 2019.
- BERNARDES, J. S. A formação em Psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia: alguns desafios atuais. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 216-231, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 de mar. 2019.
- BOCK, A. M. B. Perspectivas para a formação em psicologia. **Psicol. Ensino & Form.**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 114-122, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612015000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 maio de 2019.
- BORGES, A. S. Crítica da constituição da psicologia como ciência: contribuições da teoria crítica da sociedade. **Revista Pedagógica (Unochapecó. Online)**, Ano -17 - n. 30 vol. 01 - p. 395-426, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1575/880>. Acesso em 08 de mar. de 2019.
- BRAGHIROLI, E. M. *et al.* **Psicologia Geral**. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 5 de 15 de março de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília, DF: **Conselho Nacional de Educação**, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizescurricularescursos-de-graduacao. Acesso em: 08 abril de 2019.
- COELHO-LIMA, F. **A Psicologia do trabalho e das organizações na formação do psicólogo no Brasil**. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Sociedade e

Qualidade de Vida) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17531>. Acesso em 14 de abril de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Ano da formação em psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia. **Conselho Federal de Psicologia, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e Federação Nacional dos Psicólogos**. – São Paulo: 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/07/RELAT%C3%93RIO-FINAL-REVIS%C3%83O-DAS-DIRETRIZES-CURRICULARES-NACIONAIS-PARA-OS-CURSOS-DE-GRADUA%C3%87%C3%83O-EM-PSICOLOGIA.pdf>. Acesso em: 18 de mar. 2019.

CURY, B; FERREIRA NETO, J. L. Do currículo mínimo às diretrizes curriculares: os estágios na formação do psicólogo. **Psicologia em Revista**, v. 20, 494-512, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v20n3/v20n3a06.pdf>. Acesso em: 21 de mar. 2019.

DAMASCENO, N. F. P. Formação em psicologia: o processo histórico e a análise de um projeto político pedagógico. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v.7, n.21, p.243-264, 2016. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1104>. Acesso em 22 de abril de 2019.

FERNANDES, S. R. F. **Psicologia e formação generalista: do currículo mínimo às diretrizes curriculares**. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FERNANDES, S. R; F; SEIXAS, P. S; YAMAMOTO, O. H. Psicologia e concepções de formação generalista. **Psic. da Ed.**, São Paulo, 47. pp. 57-66, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n47/n47a07.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

GIL, C. A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social**. São Paulo, SP: Brasiliense. 1ª ed. 2017. *E-book*.

LIMA, M. J; MACEDO, R. M. S; CERVENY, C. M. O. Novas demandas para o fazer do psicólogo clínico no encontro com o social. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 65, n. 142, p. 45-58, jan. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000659432015000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 de maio de 2019.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MENDES, L. S. et al. Conceitos de avaliação psicológica: conhecimento de estudantes e profissionais. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 428-445, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932013000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 de maio de 2019.

MYERS, D. G; DEWALL, N. C. **Psicologia**, 11ª edição. tradução Cristiana de Assis Serra, Luiz Cláudio Queiroz de Faria. - 11. ed. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2019.

NAVES, F. F. *et al.* Formação de psicólogos para a educação: concepções de docentes. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 44, p. 67-77, jun. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752017000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 de maio de 2019.

PEREIRA, M. G. O resumo de um artigo científico. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 22(4):707-708, out-dez 2013. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000400017. Acesso em: 22 de maio de 2019.

PERETTA, A. A. C. S. *et al.* Novas diretrizes em tempos desafiadores: formação em Psicologia para atuar na Educação. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. V. 19, n. 3. p. 547-556, setembro/dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n3/2175-3539-pee-19-03-00547.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2019.

PRAÇA, F. S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”** 08, nº 1, p. 72-87, JAN-JUL, 2015. Disponível em: uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf. Acesso em: 10 maio de 2019.

QUEIROZ, A. H. A. B. *et al.* Pesquisa bibliográfica sobre a produção nacional de teses em psicologia da saúde: resultados preliminares. **Anais do II seminário do programa de Iniciação Científica da Faculdade Luciano Feijão.Sobral**, fev de 2014. Disponível em: http://www.faculdade.flucianofejao.com.br/site_novo/encontro_de_iniciacao_cientifica/servico/pdfs/edi_atual/Psicologiaeensaude.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2019.

RECHTMAN, R. **A Formação do Psicólogo para a Realidade Brasileira: Identificando Recursos Facilitadores para a Atuação Profissional**. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica (PUC – SP), São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16178/1/Raizel%20Rechtman.pdf>. Acesso em 08 de mar de 2019.

REZENDE, L. B. **Da formação à prática do profissional psicólogo: Um estudo a partir da visão dos profissionais**. 2014. 98 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa Pós-Graduação em Psicologia, 2014. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgpsicologia/files/2010/01/Leonice-Barbara-de-Rezende.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

RUDÁ, C; COUTINHO, D. ALMEIDA-FILHO, N. Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). **Memorandum**, 29, 59-85, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18385>. Acesso em: 22 de mar. 2019.

SANTOS, D. L. R. **Psicologia no brasil: antecedentes históricos**. 2015. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2015.

SEIXAS, P. S; COELHO-LIMA, F; COSTA; A. L. F. Caracterização de dissertações/teses que versam sobre a profissão de Psicólogo no Brasil. In: YAMAMOTO, O, H; COSTA; A. L. F. (org). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFERN, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24^a. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, C. V. P. Psicologia Latino-Americana: desafios e possibilidades. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. spe, p. 32-41, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000500005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 de maio de 2019.

SILVA, D; LOPES, E. L; JUNIOR, S. S. B. Pesquisa Quantitativa: Elementos, Paradigmas e Definições. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 1, p. 01–18, 2014. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/297>. Acesso em: 14 de mar. 2018.

SILVA, G. F. B. P. *et al.* Os significados do conceito de abordagem teórica e as implicações na prática do psicólogo: um estudo com graduandos de psicologia. **XVII SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, UNIFACS, 2018. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/5577>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

SILVA, R. B; MENDES, J. P. S. Considerações sobre a constituição da ciência psicológica e suas implicações para a subjetividade na contemporaneidade. **INTERthesis (Florianópolis)**, Florianópolis, v. 14, p. 60-78, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/1807-1384.2017v14n1p60/33012>. Acesso em: 13 de fev. 2019.

SOUZA, M. P. R. Fórum publicações científicas. In: XVI simpósio da ANPEPP. 2016, Maceió. **Anais do XVI Simpósio é Pesquisa em Psicologia: Dimensões éticas e produção científica**. Disponível em: http://www.anpepp.org.br/images/24.05.ANPEPP_FORUM_PUBLICACOES_2016_1.pdf. Acesso em 17 de fev. 2019.

SOUZA, R. K; RODRIGUES, R. M; CONTERNO S. F. R. Integralidade em Projetos Político Pedagógicos para a Formação de Psicólogos. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, 26 (1), Jan.-Jun. 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/7664/6349>. Acesso em 22 de abril de 2019.

TRIGUEIRO, E. S. O. A Psicologia Escolar e o estudante de Psicologia: elementos para o debate. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 223-232, ago, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572015000200223&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 maio 2019.

VIANNA, A. Panorama da pesquisa universitária no Brasil: angústias e proposições. **Revista do programa de pós-graduação em Educação - UNESC**, Criciúma, v. 5, nº1, Julho/Novembro, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/1431/2131>. Acesso em 07 de mar. 2019.